



REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS  
V.1, N.2, 2018

## A CONDUÇÃO DOS OUTROS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PASTORADO NA IGREJA CATÓLICA

LA GUÍA DE LOS OTROS: LA INSTITUCIONALIZACIÓN DEL PASTOREADO EN LA IGLESIA CATÓLICA

Cicero Edinaldo dos Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

O pastorado pode ser visto como uma analogia representacional da condução humana, pautado na tríade “pastor, ovelha e rebanho”, a pretexto de promover a salvação. A partir de contribuições interdisciplinares entre a Filosofia e História da Religião, bem como da perspectiva genealógica, este artigo tem o objetivo de compreender o processo de institucionalização do pastorado na Igreja Católica. Assinala que esse processo foi marcado por uma ressignificação das relações entre “pastor, ovelha e rebanho”, bem como a sistematização e hierarquização da própria Igreja Católica. Considera que, ao longo do tempo, as estratégias de poder pastoral, juntamente com os artifícios de saber, tenderam a impor modos de existência, pautados na obrigação e obediência. A vontade de salvação se tornou condição para que o indivíduo se reconhecesse como “ovelha” e, além disso, para que ele se sentisse incapaz de encontrar a salvação sozinho, sendo dependente das ações do pastor e identificado com o seu “rebanho”.

### PALAVRAS-CHAVE

Condução. Igreja Católica. Poder Pastoral.

### RESUMEN

El pastoreado se puede ver como una analogía representativa de la condición humana, pautado en la tríada “pastor, oveja, rebaño”, con el pretexto de promover la salvación. A través de contribuciones interdisciplinarias de la Filosofía y de la Historia de la Religión, así como de la perspectiva genealógica, el objetivo de este artículo es comprender el proceso de institucionalización del pastoreado en la Iglesia Católica. Apunta que ese proceso fue marcado por una resignificación de las relaciones entre “pastor, oveja y rebaño”, así como la sistematización y jerarquización de la propia Iglesia Católica. Considera que, a lo largo del tiempo, las estrategias del poder pastoral, junto con los artificios del saber, tendieron a imponer modos de existencia, pautados en la obligación y obediencia. A voluntad de salvación se convirtió en condición para que el individuo se reconociese como “oveja” y, además, para que se sintiese incapaz de encontrar a la salvación solo, dependiendo de las acciones de los pastores e identificado con el “rebaño”.

**PALABRAS-CLAVE:** Conducción. La guía. Iglesia Católica. Poder Pastoral.

### INTRODUÇÃO

Michel Foucault (1926-1984) é considerado um dos mais influentes e controversos filósofos da Modernidade. Suas postulações sobre poder, saber e modos de subjetivação contribuíram para ressignificações no campo da História e seus variados domínios. Durante 1978, ele ministrou aulas no Collège de France, onde despertou reflexões sobre o governo, no âmbito individual e coletivo.

Os escritos produzidos para estas aulas foram compilados e publicados posteriormente com o título de “*Segurança, Território, População*” (FOUCAULT, 2008).

Em suas aulas, Michel Foucault refletiu sobre o pastorado, isto é, uma analogia representacional da condução humana, embasada na tríade: “pastor, ovelha e rebanho”. Tinha a pretensão de assinalar o processo no qual uma comunidade religiosa transformou-se numa Igreja e, por milhares de anos, pretendeu ser responsável pela condução humana, remodelando e legitimando suas ações diretivas. Ele considera que a Pastoral Cristã é oriunda das investidas do pastorado no Ocidente, enquanto a Igreja:

[...] aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de leva-los à vida eterna no outro mundo, e isso na escala não apenas de um grupo definido, não apenas de uma cidade ou de um Estado, mas de toda a humanidade. Uma religião que aspire assim ao governo cotidiano dos homens em sua vida real a pretexto da sua salvação e na escala da humanidade – é isso a Igreja, e não temos disso nenhum outro exemplo na história das sociedades (IBIDEM, p. 193).

A ideia de Pastoral Cristã não foi desenvolvida por Michel Foucault, diante de sua morte precoce, porém pode servir de mola propulsora para novas investigações. Ela pode ser vista como um ponto de formação embrionária das posteriores vontades de governar, individual e coletiva, desenvolvidas na Modernidade, e pode ser analisada também diante de sua forte atuação no mundo contemporâneo, entrelaçada aos preceitos religiosos.

Conforme a leitura crítica dos seus escritos, é possível aferir que a própria ideia de Pastoral Cristã pode ser problematizada e aprofundada, pois não abrange todas as facetas do Cristianismo, visto que este é polivalente, com várias ramificações e diferenciações históricas. Diante disso, penso que se faz necessário identificar os limites, possibilidades e a plausibilidade de seus escritos, identificando novas rotas de entendimento, brechas, fissuras e pontes de apoio.

Parece-me oportuno também, dependendo da perspectiva adotada, realizar modificações e/ou aprofundamentos reflexivos. Assim como os conceitos, as ideias filosóficas, muitas vezes, não são definitivas, acabadas, prontas para uso no campo da História. Por isso, podem ser modificadas conforme as visões assinaladas no estudo e nas análises propostas.

Em busca de novas rotas de entendimento, decidi refletir sobre a institucionalização do pastorado na Igreja Católica, tendo por ponto de partida a ideia de Michel Foucault, concebendo-a, a partir de então como Pastoral Cristã Católica, uma vez que apresenta especificidades e desdobramentos históricos peculiares. Isso não equivale a dizer que desprezei seus argumentos e embasamentos reflexivos, ou transformei a minha ideia em modelo atualizado.

Apenas decidi percorrer um novo caminho, tendo por inspiração e raio de discussão as reflexões de Michel Foucault, mas trilhando um caminho diferente, com intenções distintas. Com isso pretendo contribuir para uma nova visão acerca do passado ocidental, pois, assim como o

próprio filósofo menciona “me parece que a história do pastorado nunca foi realmente feita” (FOUCAULT, 2008, p. 199).

Para narrar o processo de institucionalização do pastorado na Igreja Católica, realizei um levantamento bibliográfico interdisciplinar, entre estudos da Filosofia e História da Religião, além de citações bíblicas referentes a tríade que sustenta a analogia representacional do pastorado (pastor, ovelha e rebanho).

Os referenciais teórico-metodológicos adotados também são semelhantes aqueles utilizados ou até mesmo criados por Michel Foucault, isto é, perspectiva genealógica e relações de poder-saber. Esse tipo de perspectiva preocupa-se em entender a vitória de algumas práticas culturais e discursos, não para reproduzi-las, mas para conhecer as lutas pelas quais houve a legitimação de verdades sobre o corpo e a alma dos indivíduos. Tem a funcionalidade de mapear os caminhos de ascendência de uma prática, instituição ou identidade, por exemplo, sem deixar de esquecer as condições que as possibilitam (DREYFUS; RABINOW, 1995).

A perspectiva genealógica descreve demoradamente as experiências da/na cultura, com a intenção de perceber como os indivíduos pensam e agem, não de forma genérica, mas dentro de uma conjuntura histórica que delimita as condições de possibilidade para o pensar e o agir (EIZIRIK, 2005). Demonstra que cada sociedade legitima um “regime de verdade”, isto é, sua “política geral”, onde acolhe alguns tipos de práticas culturais e discursos, fazendo-os funcionar e concede estatuto para determinados indivíduos, ciências e/ou instituições aferir o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2014).

Aquilo que se denomina como “Verdade” constitui efeito da vontade (histórica) de verdade observada na articulação entre estratégias de poder e artifícios de saber. Em linhas gerais, pode-se dizer que o saber é frequentemente utilizado pelo poder, que, por sua vez, empresta auxílio ao outro. Entre o poder e o saber, há diferenças de formação, heterogeneidade, embora também exista pressuposição recíproca e capturas mútuas, bem como o primado de um sobre o outro (DELEUZE, 2005).

O poder não tem forma, não é uno, mas compartimentado discursivamente em micropoderes difusos. É estratégico (FOUCAULT, 1992). Não equivale às regras, tampouco a um sistema geral de dominação exercida por uma instituição ou indivíduo(s) sobre outro(s) e cujos efeitos, por derivação sucessiva, atravessariam e sustentariam a sociedade inteira (DELEUZE, 2005). O poder não está apenas numa macroestrutura estatal, mas apresenta-se também em outras instituições sociais, tais como escola, a família e a Igreja Católica. Implica uma autoridade relativa à condução de si e dos outros e uma força que age para (re)produzir modos de ser estar no mundo, muitos deles atrelados as ações corporais (VEYNE, 2011).

Os efeitos do poder não são atribuíveis a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, táticas, técnicas e funcionamentos. Resultam das posições estratégicas apreciadas para determinados fins. O poder não tem essência. Ele é operatório. Por um lado, pode ser visto como singular, pois nunca é universal. Por outro, não é “local, nem localizável”, pois é difuso. O poder é uma relação de forças e toda relação de forças é uma relação de poder, tendo por função incitar, suscitar, combinar, repartir, colocar em série, caracterizar, compor, normatizar, etc. Antes de abstrair ou mascarar sobre determinada coisa, o poder produz a verdade sobre a mesma (DELEUZE, 2005).

O saber, por sua vez, consiste em entrelaçar o visível e o enunciável. Possui forma. Organiza matérias. É estratificado, arquivado. Modela funções para materialidades. Nesse sentido, pode-se entender a casa familiar e a escola pública, por exemplo, como matérias formadas pelo saber. Enquanto as funções formalizadoras correspondem a punir, cuidar, disciplinar, fazer trabalhar os corpos (IDEM).

Não há modelo de saber que não exprima ou não implique ato, isto é, um poder se exercendo. Todo saber vai de um visível a um enunciável, e inversamente, todavia não há forma comum totalizante, nem mesmo de conformidade ou de correspondência biunívoca. Há apenas uma relação de forças que age transversalmente e que encontra na dualidade das formas a condição para sua própria ação, para sua própria atualização. Se há co-adaptação das formas, ela provém de seu ‘encontro’ (com a condição de que seja forçado), e não o inverso: o encontro só se justifica a partir da nova necessidade que ele estabelece (DELEUZE, 2005, p. 48).

Diante dessas considerações, esse artigo, de caráter exploratório e reflexivo, tem por objetivo demonstrar o processo de institucionalização do pastorado na Igreja Católica, pois acredita na importância de perceber, genealógicamente, como o pastorado contribuiu para (des) construir modos de existência, isto é, a maneira pela qual os indivíduos percebem a vida e a morte, transformando-se em “ovelhas”, integrantes de um “rebanho”, dependentes das ações de um “pastor” (FOUCAULT, 2008).

## **DESENVOLVIMENTO**

### **IGREJA CATÓLICA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PASTORADO**

A ideia de pastorado, enquanto uma analogia representacional da condução humana, não é invenção do Ocidente, tampouco da Igreja Católica. Comunidades do Oriente pré-cristão, localizadas na Assíria, Mesopotâmia e Egito, já utilizavam essa ideia em suas experiências

cotidianas. Todavia, os hebreus podem ser considerados os principais responsáveis por desenvolver e intensificar a ideia de pastorado, transformando-a numa relação centrada na religião<sup>1</sup>.

Os hebreus viveram no primeiro milênio antes do aparecimento do Cristianismo. Habitavam uma parcela territorial, sem fronteiras delimitadas, chamada Canaã, que corresponde atualmente ao Estado de Israel, a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Líbano, partes da Jordânia e da Síria. Possuíam contatos com outros grupos, tais como os cananeus e sumérios, e divergiam destes por causa dos costumes e tradições religiosas. Há grande possibilidade de que este contato com as diferenças culturais tenha influenciado a escrita dos hebreus, incluindo os livros que compõem o Antigo Testamento da Bíblia Sagrada (PINSKY, 2011).

Nas tradições dos hebreus, a princípio, o pastorado não se exercia sobre uma unidade de tipo fixa (reino ou território), mas em descolamento, em busca de abrigo, segurança e proteção, isto é, agia sobre “uma multiplicidade em movimento” (FOUCAULT, 2008). O pastorado não equivalia a um lugar de controle social, tal como um reino. Não se manifestava como algo fulgurante ou superior, pois o pastor era caracterizado como aquele que estava a serviço de Deus, em prol do “rebanho” e não a serviço de si mesmo. Eles recebiam a missão de guiar os indivíduos em direção à salvação, impedindo que os outros, isto é, “as ovelhas”, transitassem por caminhos nefastos.

Na configuração desse tipo de pastorado, Deus podia abandonar ou punir o “povo escolhido” ou até mesmo aqueles a quem confiou à missão de pastorear. No Antigo Testamento encontra-se algumas afirmativas a este respeito, onde se diz que: “Ai do pastor inútil, que abandona o rebanho! A espada lhe cairá sobre o braço e sobre o olho direito; o seu braço será de todo mirrado, e o seu olho direito será inteiramente escurecido” (Zac. 11: 17).

Escolhido por Deus, o pastor tinha o dever de buscar “as ovelhas que se desgarravam”, para que voltassem a transitar junto com os demais. O pastor, com sua experiência humana, se preocupava com a coletividade, mas atentava-se para as necessidades particulares de suas protegidas. Tinha a responsabilidade de não deixar nenhum integrante do “rebanho” disperso e, caso isso acontecesse, o mesmo devia procurar, cuidar e recolher aquele que ousou trilhar outros caminhos. Era caracterizado como o intermediário entre as “ovelhas” e a possibilidade de salvação, a subsistência e o gozo da vida, podendo aceitar até mesmo “sacrificar-se pela salvação do rebanho” (FOUCAULT, 2008, p.172).

Era o pastor que providenciava o surgimento do sentimento de coletividade, uma vez que o “rebanho de ovelhas” só existia pela presença imediata de sua ação diretiva. Sem essa ação haveria apenas “ovelhas solitárias” transitando em distintas direções. O pastor juntava e possibilitava, através de sua ação diretiva, a identificação entre uns e outros, permanecendo unidos. No entanto, o

---

<sup>1</sup> No Antigo Testamento há mais de 150 citações referentes à Pastor/Pastoreio. No Novo Testamento há mais de 50 citações referentes a esta temática.

pastor – homem, humano – era considerado apenas um representante do Pastor Supremo: Deus. Sua missão tinha prazo para acabar, uma vez que os desgarrados deveriam voltar para o controle de Deus. Se algo acontecesse de mal para aqueles que estavam sob sua direção, seria culpa do próprio pastor ou falta de submissão a Deus (FOUCAULT, 2008).

Eis três exemplos encontrados no Antigo Testamento que revelam as pressões sobre as ações do pastor: a) “Ovelhas perdidas têm sido o meu povo, os seus pastores as fizeram errar, para os montes as desviaram; de monte para outeiro andaram, esqueceram-se do lugar do seu repouso” (Jer. 50:6); b) “Porque os pastores se embruteceram, e não buscaram ao Senhor; por isso não prosperaram, e todos os seus rebanhos se espalharam” (Jer. 10:21); c) “Porque os ídolos têm falado vaidade, e os adivinhos têm visto mentira, e contam sonhos falsos; com vaidade consolam, por isso seguem o seu caminho como ovelhas; estão aflitos, porque não há pastor” (Zac. 10:2).

No Oráculo contra os maus pastores, argumenta-se que:

Ai dos pastores que deixam perder-se e dispersar-se o rebanho miúdo de minha pastagem! – Oráculo do Senhor. Por isso, fala o Senhor Deus de Israel, acerca dos pastores que apascentam o meu povo: “Dispersastes o meu rebanho e o afugentastes, sem dele vos ocupar. Eu, porém, vou ocupar-me à vossa custa da malícia de tal procedimento – Oráculo do Senhor. Reunirei o que restar das minhas ovelhas, espalhadas pelos países em que as exilei, e as trarei para pastagens em que hão de se multiplicar. Escolherei para ela pastores que as apascentarão, de sorte que não tenham receios nem temores, e já nenhuma delas extravie – oráculo do Senhor” (Jer. 23: 1-4).

Em linhas gerais, pode-se dizer que as premissas sobre o pastorado, vinculados às tradições dos hebreus, desenvolveram um tipo de ideal religioso para condução humana, onde o princípio e fundamento estavam nas relações entre Deus e “povo escolhido”, bem como nas ações do pastor sobre as “ovelhas”, temporariamente. Em tais tradições não havia o interesse de expandir o pastorado para além dos limites espaciais e identitários. As crenças não almejavam o ideal de conversão global. Não havia discursos sobre maneiras apropriadas e estruturais de fazer um pastorado.

Se atualmente conhecemos facetas do pastorado pré-cristão, graças aos escritos presentes no Antigo Testamento da Bíblia Sagrada, é porque antes existiram discursos e práticas culturais que as sedimentavam ou pelo menos a vontade de que estes continuassem a existir perante um grupo específico. Havia o interesse em perpetuar a ideia de “povo escolhido”, bem como a possibilidade de dizer porque era necessário se deixar conduzir e conduzir os outros.

O poder pastoral emergente de tais tradições e relações citadas era identificado, sobretudo, como um poder benfazejo e tinha como razão de ser a salvação individual e coletiva. A salvação era entendida num sentido muito específico, a saber, a garantia de subsistência material e espiritual. Mais do que uma salvação *para além desse mundo*, ela se expressava principalmente *neste mundo* (FOUCAULT, 2008).

Discursos sobre as práticas culturais que embasavam o pastorado foram ressignificados e introduzidos no Ocidente, com o alvorecer e expansão do Cristianismo. As raízes dessa religião remontam a época do Império Romano, sendo influenciadas diretamente pelo Judaísmo: uma religião que profetizava o retorno do Messias, o salvador do povo Judeu, descendentes diretos dos antigos hebreus. Filho de Maria e adotado por José, Jesus Cristo nasceu em Belém na cidade da Judeia, durante o governo de Otávio Augusto. Sua vida e ensinamentos foram registrados por seus seguidores, chamados de apóstolos, e reunidos, tempos depois, na Bíblia Sagrada com o nome de Evangelhos do Novo Testamento (BLAINEY, 2012).

Quatro Evangelhos do Novo Testamento foram selecionados para compor a Bíblia Sagrada. Os escritos intitulados pelos nomes de Mateus, Marcos e Lucas se relacionam. O escrito intitulado com o nome de João segue o mesmo padrão de acontecimentos da vida de Jesus, porém baseia-se em tradições distintas. Os autores dos Evangelhos, ressaltam que Jesus Cristo pregava a favor do “Reino de Deus”, fazendo isso por meio de parábolas ou atos em prol do amor ao próximo (BÍBLIA, 2007).

Os escritos do Novo Testamento afirmam que Deus falava e agia por meio das palavras de Jesus Cristo, pelo perdão dos pecados e pelas curas realizadas por ele. A salvação oferecida para uns era dada a todos, desde que aceitassem a verdade revelada. O mundo deveria se converter e aceitar a “Nova Aliança” entre Deus (O Pastor Supremo), Jesus Cristo (o Bom pastor) e o seu povo (as ovelhas). Esta “Nova Aliança” incluía também aqueles que não eram judeus. “Novas ovelhas” estariam, assim, sob a condução desses pastores (BÍBLIA, 2007).

Algumas citações emblemáticas do Novo Testamento assinalam como os referenciais ao pastorado e seus representantes continuaram a existir, séculos depois das práticas dos hebreus, relacionados à vida de Jesus Cristo. Uma delas diz: “E tu, Belém, terra de Judá, de modo nenhum és a menor entre as capitais de Judá; porque de ti sairá o Guia que há de apascentar o meu povo Israel” (Mt 2:6). Segundo os escritos, o próprio Jesus Cristo e seus seguidores o identificavam enquanto pastor. Logo não é de se estranhar que ele diga para seus seguidores: “Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas; e elas me conhecem” (Jo. 10:14); enquanto seus seguidores acreditem que “O bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas” (Jo. 10:11) e, no juízo final:

[...] todas as nações serão reunidas diante dele, e apartará uns dos outros, como o pastor aparta dos bodes as ovelhas. E porá as ovelhas à sua direita, mas os bodes à esquerda. Então, dirá o Rei aos que *estiverem* à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai, possuí por herança o Reino que vos está preparado desde a fundação do mundo; porque tive fome, e destes-me de comer; tive sede, e destes-me de beber; era estrangeiro, e hospedastes-me; *estava* nu, e vestistes-me; adoeci, e visitastes-me; estive na prisão, e fostes ver-me. Então, os justos lhe responderão, dizendo: Senhor, quando te vimos com fome e *te* demos de comer? Ou com sede e *te* demos de beber? E, quando te vimos estrangeiro e *te* hospedamos? Ou nu e *te* vestimos? E, quando te vimos enfermo ou na prisão e fomos ver-te? E, respondendo o Rei, lhes dirá: Em verdade vos digo que, quando o fizestes a um

destes meus pequeninos irmãos, a mim *o* fizestes. Então, dirá também *aos que estiverem* à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos; porque tive fome, e não me destes de comer; tive sede, e não me destes de beber; sendo estrangeiro, não me recolhestes; *estando* nu, não me vestistes; e estando enfermo e na prisão, não me visitastes. Então, eles também lhe responderão, dizendo: Senhor, quando te vimos com fome, ou com sede, ou estrangeiro, ou nu, ou enfermo, ou na prisão e não te servimos? Então, lhes responderá, dizendo: Em verdade vos digo que, quando a um destes pequeninos *o* não fizestes, não o fizestes a mim. E irão estes para o tormento eterno, mas os justos, para a vida eterna (Mt 25: 32-46).

Diferente do Antigo Testamento, em que ninguém nunca viu Deus, o Novo Testamento revela a representação de Deus Vivo, Jesus Cristo. Com essa mudança de foco, o corpo ganha destaque nas ações e representações do pastorado. Não se espera apenas a salvação em *outro mundo*, mas *neste mundo*, a partir e através do corpo. Uma leitura dos quatro Evangelhos demonstra que:

Jesus efetua curas com ou sem o contato corporal, deixando-se ‘tocar’ sempre, ao menos em um dos dois sentidos da palavra; ele cura o doente em todas as dimensões da corporeidade (...). Compadecido com o que vive, vê e ouve, Jesus comove também profundamente com suas palavras e ações aqueles que o seguem: Jesus cura, alimenta, nos contatos não leva em consideração os tabus corporais e as impurezas rituais” (FAMERÉE, 2009, p. 14).

A salvação dá-se entre o pastor e a “ovelha” que crer na salvação. O Bom pastor é presença corporal e age no corpo do outro. Jesus Cristo sofre no próprio corpo as intempéries para a salvação de suas “ovelhas”. Ele é crucificado, morto e sepultado como se não fosse Deus e, talvez, por isso mesmo, tenha tantos créditos com os seus seguidores. Jesus Cristo ressuscita entre os mortos, pois é o corpo do Deus Vivo. Alguns precisam ver para crer e o corpo serve como marca de revelação. A ressurreição é “o selo da salvação” (FAMERÉE, 2009, p. 30). Com ela se liberta do pior inimigo humano, a morte. O corpo renasce para uma nova vida.

No Evangelho de João, há uma menção emblemática referente a Jesus Cristo. Diz-se que “O Verbo se fez carne e habitou entre nós” (João. 1:14). A palavra carne refere-se a “substância e realidade íntima do corpo”, uma vez que “a carne sem o corpo é destituída de animação e como tal não constitui um sistema, organização” (GESCHÉ, 2009, p. 35). Tornar-se carne é assumir a carne. É ter um corpo. Deus aparece no mundo com a mesma carne de suas “ovelhas”. O corpo humano é o caminho que ele usa para se aproximar e ir ao encontro de suas “ovelhas”.

Inspirados pelos ensinamentos de Jesus Cristo, seus seguidores começaram a difundir novos modos de conviver com os demais. A primeira reunião entre os cristãos, com o intento missionário e organizacional, aconteceu tempos depois da morte de Jesus Cristo, em Jerusalém. Esta reunião representa as sementes dos futuros concílios ecumênicos da Igreja Católica, organizados nos dois milênios posteriores.

A princípio a difusão das ideias cristãs restringia-se as posições sociais e financeiras mais baixas das comunidades, em sinagogas judaicas, assentamentos de artesãos e cortiços. Acreditava-

se que o Cristianismo era apenas uma ramificação do Judaísmo, uma seita primitiva, que logo se extingiria. Os imperadores romanos não se preocupavam com o seu extermínio (GONZÁLEZ, 2004).

Durante o século II, distintas seitas já faziam uso dos escritos referentes à vida de Jesus Cristo, privilegiando determinadas passagens em relação a outras. Nessas circunstâncias, os cristãos organizaram o cânon, numa tentativa de homogeneizar crenças. Este cânon era composto, inicialmente, pelos quatro Evangelhos (João, Lucas, Mateus e Marcos), as Epístolas de Paulo e o livro de Atos dos Apóstolos, aceitos com mais empatia nas distintas comunidades cristãs espalhadas pelo Império Romano. A Terceira Epístola de João, a Epístola de Judas e o livro do Apocalipse demoraram mais tempo para serem aceitos (GONZÁLEZ, 1980).

Com o interesse de combater as heresias, a prática do batismo se alastrou por várias comunidades cristãs, tornando-se o sacramento de iniciação da fé. Tais comunidades estavam localizadas em distintas regiões, possuíam sedes episcopais (Roma, Éfeso, Antioquia, etc), porém não tinham um líder específico. A dispersão das lideranças provocava críticas às comunidades, enquanto as mesmas legitimavam sua presença na sociedade a partir de um suposto laço com os apóstolos de outrora (TILLICH, 2000).

Durante o século II, as comunidades cristãs passaram a se identificar como integrantes da Igreja Católica: uma Igreja Universal, que pregava o evangelho “segundo o todo”, ou seja, que pregava os quatro evangelhos de forma ampla e não parcialmente conforme seitas dissidentes da época. Busca-se juntar todas as “ovelhas de Cristo” para que elas pudessem trilhar o mesmo caminho, rumo a salvação (GONZÁLEZ, 1980).

Após o interesse de unificação, difusão das crenças cristãs e uma série de tentativas de criar teologias explicativas da fé, os católicos foram perseguidos e queimados, decapitados ou crucificados. Dizia-se que os mesmos deviam cultuar apenas aos imperadores romanos, vistos como espíritos divinos na terra. A perseguição também foi alardeada devido à crença de que “todos os homens eram iguais perante Deus”, o que contestava os valores e as instituições romanas embasadas fundamentalmente na exploração do trabalho escravo. As ideias de organização social, provocadas pela Igreja Católica nascente, ameaçavam os objetivos imperialistas e militaristas do Império Romano (GONZÁLEZ, 1980).

Nos três primeiros séculos da nossa era, a Igreja Católica constituía-se majoritariamente por pessoas humildes. Para elas o fato de serem identificadas como “filhos de Deus, herdeiras do Rei e Ovelhas do Bom Pastor” eram motivos de imenso regozijo. Os líderes locais e regionais, atentavam-se as necessidades básicas dos seus seguidores.

[...] tratava-os não como proletários, mas como almas humanas, demonstravam-lhes consideração de um modo prático, cuidando de viúvas e dos órfãos, dos doentes e dos

velhos, em cujo benefício nem o governo municipal das Cidades-Estados, nem o governo ecumênico do Império realizava quaisquer serviços, que lhe comparassem. E tudo isto faziam, desinteressadamente, sob a inspiração dos ideais cristãos, e não com o fito ulterior de angariar adeptos (TOYNBEE, 1960, p. 144-145).

Os líderes da Igreja Católica conquistavam os fiéis por suas ações diretivas nesse mundo e para a salvação. Atentavam-se para as necessidades mundanas e estavam dispostos a darem suas próprias vidas em prol da fé. Até o governo de Diocleciano, no século IV, houve perseguições aos adeptos da Igreja Católica, pois eles representavam, de certa forma, a vontade de não se deixarem conduzir pelos governadores, mas aceitavam a condução por Deus e seus representantes da Terra (HURLBUT, 1979).

Apesar das perseguições, a nova religião fortaleceu-se diante das ações de alguns pensadores da época, e tornou-se popular no Império Romano, tendo inclusive fiéis dos meios aristocráticos. As formas de conversão variavam. Alguns se convertiam após escutarem os ensinamentos dos pensadores, vistos como mestres, sábios condutores da vida. Outros após verem ou presenciarem as vivências dos mártires. Por fim, e não menos importante, é válido ressaltar que, em muitos casos, foram indivíduos anônimos que, mediante seu testemunho, abriram o caminho à conversão de outros (GONZÁLEZ, 1980). Os pressupostos religiosos passavam de geração a geração.

Diante de resistências e a conquista cada vez maior de fiéis pelos representantes da Igreja Católica, em 312, o Imperador Constantino, após sua conversão, concedeu, estrategicamente, liberdade de culto aos cristãos, iniciando uma ação governamental favorável a nova religião (TOYNBEE, 1960).

Para adquirir alguns privilégios das ações governamentais imperialistas, os participantes da Igreja Católica começaram a escolher representantes, a fim de obterem isenção de impostos e até mesmo atribuições judiciárias. A união entre o Império e a Igreja Católica culminou com o Concílio de Nicéia, realizado em 325, presidido pelo Imperador Constantino e composto por, aproximadamente, trezentos e vinte bispos (GONZÁLEZ, 2004).

A partir de então a Igreja Católica começou a configurar-se com divisões de funções hierárquicas mais específicas. Todavia, ainda não existia uma unidade representacional ou uma hierarquia fortemente constituída. Cada indivíduo se aproximava de quem mais lhe causava empatia ou diante de delimitações territoriais. As “Ovelhas escolhiam o pastor”.

Após as investidas organizacionais, por meio do Edito de Tessalônica, em 380, o Imperador Teodósio I declarou oficial a religião católica no Império Romano, repudiando, perseguindo e punindo as outras crenças dissidentes e pagãs. Esse processo de oficialização já vinha sendo almejado desde a conversão do Imperador Constantino, quando o culto monoteísta foi inserido e aos poucos expandido (BLAINEY, 2012).

A Igreja Católica passou a ser vista como uma das principais instituições vigentes. Apesar de abalos, críticas e levantes contra suas ações, continuou a se erguer e reiterar posições relativas aos modos de existência. Entre os feitos da nova configuração do poder pastoral, relacionados à Igreja Católica, podemos destacar dois.

O primeiro deles refere-se à identificação. Milhares de indivíduos passaram a se reconhecer enquanto “ovelhas”, dependentes das ações de um pastor, protetor e benfazejo, inseridos num grupo específico embasado numa forte identificação com os valores propagados. Criou-se uma acentuada dependência em relação àquele que tem a função/missão de conduzir.

O segundo feito refere-se à multiplicação dos pastores e a simbologia dos sacramentos. Na organização da Igreja Católica, enquanto instituição social, Deus continuou a ser nomeado como o Pastor Supremo, mas novos pastores foram empossados, tais como Jesus Cristo (Filho de Deus, o Bom pastor), os discípulos (os seguidores de Cristo), os Papas, bispos, padres, diáconos (membros da Igreja que serviam de exemplo para os fiéis), etc. Uma série de sacramentos foi inventada e articulada ao poder pastoral e a arte de conduzir. O batismo continuou a ser visto como o sacramento que integra as “ovelhas ao rebanho”. A comunhão nomeada como o alimento espiritual comum para todos. A penitência entendida como a ação possível para a reintegração da “ovelha desgarrada”.

Aos poucos, a preocupação com a coletividade foi ganhando destaque em relação as individualidades das “ovelhas”. Com a institucionalização do pastorado, a Igreja Católica forjou três campos distintos de intervenção, que apesar das especificidades, buscaram – e ainda continuam – legitimar a condução dos outros: a) a relação de dominação e obediência; b) o reconhecimento da relação de dependência, pois aquele que é guiado deve se portar como humilde e disposto a seguir ou voltar para o caminho predisposto, reconhecendo a função benéfica do pastorado; c) a confissão, vista como meio pelo qual é possível acessar e produzir uma verdade, a ser revelada (CARVALHO, 2010).

Como dito anteriormente, o pastor passou a ser visto não apenas como o diretor das almas, mas também dos corpos, além de ser nomeado como o portador do saber necessário para conduzir os indivíduos. Contudo, na relação de dominação e obediência emergiu um elemento novo, isto é, a possibilidade de a “ovelha desgarrada ser sacrificada” para não corromper o resto do “rebanho”, tais como os hereges. Ir atrás ou abandonar os hereges tornou-se pauta de discussão. Entre todas as “ovelhas de Deus” nem todas conseguiriam mais a salvação (FOUCAULT, 2008).

No pastorado pré-cristão apenas o pastor podia se sacrificar em prol da “ovelha”. Com a institucionalização do pastorado, a Igreja Católica reformulou essa ideia e passou a adotar a premissa de que os transviados, rebeldes e afeitos as ordens também podiam ser abandonados, excluídos, expulsos, excomungados. Os hereges foram perseguidos, mortos. Embora, antes

houvesse esforços para “adestrá-los”, a fim de trazê-los de volta, sãos e íntegros, para o convívio com os demais (GONZÁLEZ, 1980). O medo de ser abandonado, excluído ou expulso do convívio com os outros passou a ter destaque nas ações entre os pastores e as “ovelhas”. Tornou-se um elemento de articulação entre a obediência e a dominação (FOUCAULT, 2008).

Conforme a hierarquia funcional da Igreja Católica as “ovelhas” deveriam obedecer ao pastor, nem que para isso fosse preciso renunciar a própria vontade. Não se tratava de reiterar princípios razoáveis de submissão, tampouco adquirir simplesmente um hábito, uma aptidão ou um mérito individual. Pouco importava o teor das ordens que as “ovelhas” viessem a aceitar. O importante era o desenvolvimento da própria obediência e dependência ao pastor. A obediência era perfeita quando o conteúdo a ser aceito era absurdo, porque, nesse caso, o indivíduo renunciava completamente à sua vontade, colocando-se humildemente à disposição de Deus e de seu (s) representante(s) na Terra (FOUCAULT, 2008).

A concepção de humildade tinha características peculiares, pois “ser humilde” não era apenas aceitar que qualquer um pudesse dar ordens e submeter às vontades alheias, tampouco se restringia a ter consciência dos seus atos. “Ser humilde” equivalia a reconhecer que a vontade própria era ruim e, por isso, deveria renunciá-la. Logo, a obediência tinha a finalidade de “mortificar a própria vontade” (FOUCAULT, 2008, p. 235), para que não houvesse outra vontade senão a que era ordenada.

É válido ressaltar que a obediência não se restringia apenas as “ovelhas”. Também estava na base da formação do pastor, independentemente de sua posição hierárquica perante os demais. Essa obediência nem sempre foi concretizada na prática, pois os pastores do alto escalão da Igreja Católica (Bispos e Papas) passaram a adotar para si privilégios, destoando das regras de condutas impostas aos demais.

Teoricamente, alguém só podia ser qualificado para exercer a função de pastor se não recusasse a ordem proposta, uma vez que a recusa representaria a prioridade da própria vontade. Para se tornar pastor o indivíduo tinha que renunciar à recusa. Aceitar a função imposta e fazer o máximo possível para obter êxito em suas ações (CANDIOTTO, 2010).

No pastorado pré-cristão e nos primórdios da Igreja Católica, o pastor não era identificado como aquele que necessitava punir os desviantes, mas aquele que devia contribuir para a salvação de suas “ovelhas”. Salvação esta que estava relacionada a usufruir das coisas mundanas. Ele não se preocupava simplesmente com a quantidade de “ovelhas salvas”, mas pela qualidade dessa salvação e de todos aqueles que estavam a sua procura (FOUCAULT, 2008).

Com a institucionalização do pastorado, o pastor foi incentivado a converter, juntar mais e novos fiéis, expandindo e formando o “rebanho”. Para isso, começou a agir numa “economia de méritos e deméritos” (FOUCAULT, 2008, p. 228) onde seus atos e comportamentos, bem como

daqueles que estavam sendo conduzidos, seriam julgados por Deus. Cada pastor sabia que suas fraquezas podiam contribuir para a perdição do “rebanho” ou até mesmo a salvação deste, pois seus pecados, desde que conhecidos intimamente e arrependidos, podiam provocar elementos de identificação entre ele e os demais (CANDIOTTO, 2010).

Suas ações podiam salvar vidas ou provocar a desgraça das mesmas. Suas vivências serviam de exemplos para os demais e se ele não promovesse uma lição com sua própria vida, o ensino verbal que viesse a ministrar seria maculado. Visto como guia espiritual, o pastor era incentivado a vigiar “o rebanho” de perto, produzir um saber a partir de suas observações e, desse saber, delimitar o que demandava ser reiterado ou subvertido. Além de incentivar a assiduidade de suas “ovelhas” nos santuários e ritos, o pastor instigava todo o “rebanho” fazer um “exame de consciência” e confessar os pecados para a salvação.

O “exame de consciência” precedia a confissão. Não tinha a função de assegurar a “ovelha” o controle de si, pelo contrário, pretendia assegurar a dependência em relação ao pastor. O “Exame de Consciência” era realizado para confessar ao pastor o que o indivíduo fez, é e sente, as tentações que foi submetido e os pensamentos maus que havia em si, ou seja, era “para melhor marcar, para ancorar melhor ainda a relação de dependência ao outro” (FOUCAULT, 2008, p. 241).

Desde o Concílio de Latrão IV, em 1215, a Igreja Católica buscou impor a confissão anual para seus fiéis. Além de produzir regras para “um bom exame de consciência” que deveria ser feito antes da confissão. Este exame deveria preocupar-se em trazer à tona e expor os deleites, os sonhos e as imaginações voluptuosas relativas ao ato sexual, mesmo que não fossem colocadas em prática. “Não se tratava somente de dizer o que foi feito e como; mas de reconstituir no ato sexual e ao seu redor, os pensamentos e as obsessões que o acompanhavam, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o continham” (FOUCAULT, 1988, p. 72).

Na confissão, o sexo continuava a ser mencionado com prudência, todavia seus aspectos, suas correlações e efeitos careciam de ser seguidos até as mais singulares ramificações: “uma sombra num devaneio, uma imagem expulsa com a demasiada lentidão, uma cumplicidade mal afastada entre a mecânica do corpo e a complacência do espírito” (ibidem, p.25). Tudo devia ser revelado, todavia “Colocava-se um imperativo: não somente confessar os atos contrários à lei, mas procurar fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso” (ibidem, p. 26-27). Tudo o que se relacionava aos desejos sexuais deveria passar pelo “crivo interminável da palavra” (ibidem, p. 27).

Nos jogos de poder pastoral e saber, realizado entre aquele que escutava e aquele que falava, a dominação estava inclinada para o primeiro, pois era este que pressionava, interrogava e podia até mesmo ignorar o discurso proferido. Isso acontecia, porque o pecado confessado apresenta-se como algo requisitado, imposto arbitrariamente, “rompendo, através de alguma pressão imperiosa, os lacres da reminiscência ou do esquecimento” (FOUCAULT, 1988, p. 71).

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (IBIDEM, p. 70-71).

Curioso notar que, desde séculos atrás, a confissão trouxe em si um misto de obrigação de revelar e de silenciar, pois quem escuta não pode revelar o conteúdo que foi expresso. O “exame de consciência”, por sua vez, se manifesta como o primeiro ato do penitente, uma condição para a “boa confissão”, funcionando assim como uma técnica dupla de condução humana, pois permitia que a “ovelha” produzisse uma suposta verdade sobre si, enquanto o pastor conseguia extrair essa verdade produzida.

Durante muito tempo, a confissão permaneceu relacionada à prática da penitência. Acreditava-se que a reconciliação entre Deus e o suas “ovelhas” passaria pelas ações dos pastores. Estes, após a confissão daquelas, poderia reabilitá-las e trazê-las de volta para o convívio com as outras. A penitência tinha por interesse o remorso individual e a premissa de que a “ovelha desgarrada voltaria para o rebanho”.

O retorno da “ovelha” não se dava num dia. A penitência individual poderia durar semanas ou até mesmo anos. A princípio, não eram realizadas no âmbito privado, mas no espaço público. Aferia-se que “a sinceridade de esforços do penitente correspondesse a solicitude fraternal de seus correligionários, coadjuvando-o pelas suas orações e animando-o com seu exemplo a levantá-lo do charco aonde o desvio da vontade o tinha lançado” (BRITO, 2004, p. 194-195).

No século X, ainda era comum penitências onde os pecadores prostravam a face no chão e imploravam orações para os fiéis das paróquias. Eles eram proibidos de receber a comunhão até que o prazo de penitência acabasse. Com o testemunho e persistência de retorno, eles se aproximavam do altar lentamente até que fossem acolhidos novamente nas celebrações litúrgicas (ibidem).

O batismo lavava simbolicamente o pecado original e permitia que “a ovelha fizesse parte do rebanho”, porém ao se desgarrar a “ovelha” perdia a oportunidade de provar o alimento sagrado – a hóstia, bem como viver na companhia dos outros. Em casos extremos, ela ainda podia ser excomungada. A excomunhão era um sistema de reprovação que acompanhava a “ovelha” por onde fosse, como uma marca que não podia ser apagada. Provocava o isolamento, pois os outros a abandonavam e “repeliam para não incorrerem na mesma condenação” (ibidem, p. 196).

Com a institucionalização do pastorado, a Igreja Católica passou a abandonar a “ovelha” desgarrada, tornando-se impassível e indiferente as suas vivências e experiência no mundo. O

abandono servia como pista para que a “ovelha” percebesse que não seria salva e se tanto quisesse isso deveria se arrepender e voltar para os ordenamentos pastorais.

Outra curiosa ação pastoral em prol da confissão dos pecados e da penitência denominava-se interdito. Este não se referia apenas a “ovelha”, mas ao lugar onde está habitava. Diante de costumes seculares e não cumprimento dos ordenamentos por reis ou vassallos, a Igreja Católica interditava grades faixas de terras, fazendo com que não apenas a “ovelha” fosse punida, mas todos que ali estavam. Todo o “rebanho” ficava privado de assistência pastoral e, por isso, começava a tramocar a expulsão da “ovelha” pecadora ou incentivar que ela confessava e se arrependesse do que tinha realizado. Com o interdito:

Despojavam-se os altares de seus ornamentos, e cobriam as cruces em testemunho de luto; fechavam-se os templos, e só os padres, sem a assistência dos fiéis, ofereciam o sacrifício da missa; administravam-se somente os sacramentos do batismo e da extrema-unção, e concedia-se sepultura só aos clérigos, crianças e estrangeiros” (BRITO, 2004, p. 197).

Aos poucos, as penitências mais severas foram substituídas por jejuns, orações, peregrinações e esmolas. Em alguns casos, quando as penitências duravam anos, era possível diminuir a quantidade dos mesmos pagando determinada quantia para a Igreja (HURLBUT, 1979). Ao permitir essa manobra, a Igreja Católica deixava aberta a possibilidade de contestações pastorais, pois nem todos podiam pagar, embora, assim como os demais, fossem vistos como pecadores. Aos pobres caberia não pecar, pois não tinham como pagar em prol da salvação.

No processo de institucionalização do pastorado, a Igreja Católica buscou legitimar formas de pensar a relação entre Deus e os seres humanos, fazendo isso com pressupostos teológicos, mas também filosóficos. Estes inicialmente, priorizavam a fé, mas depois destacaram a conexão entre fé e razão. Tendia-se com isso formar os pastores e reiterar a obediência das “ovelhas”. Percebendo-se com a missão de guiar as “ovelhas” rumo a salvação, a Igreja Católica buscou formar o modo de pensar das mesmas, imiscuindo deveres morais e culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Institucionalização do pastorado na Igreja Católica foi marcada por uma resignificação das relações entre “pastor, ovelha e rebanho”, bem como a sistematização e hierarquização da própria organização religiosa. Foram criadas leis, regras, técnicas e procedimentos próprios para a sua execução. Ao longo do tempo, o poder pastoral, juntamente com os artifícios de saber, tenderam a perpassar e modelar os corpos e almas.

As ações pastorais não se restringiram a condução das almas, mas também a condução dos corpos *neste mundo* para a salvação para *além desse mundo*. Com esse processo diretivo foram

providenciadas práticas culturais para serem executadas, tais como a confissão e a penitência. Cada “ovelha” foi ensinada a fazer do corpo um instrumento para a salvação. A vontade de salvação se tornou condição para que o indivíduo se reconhecesse como “ovelha” e, além disso, para que ele se sentisse incapaz de encontrar a salvação sozinho, sendo dependente das ações do pastor e identificado com o seu “rebanho”.

Penso que olhar para essa complexa e intrincada relação – “pastor, ovelha e rebanho” – apresenta-se como possibilidade de entender as tentativas de construção de subjetividades no passado e abre novas possibilidades de reflexão para o entendimento da condução humana no presente. Assim como o filósofo Michel Foucault, penso que ainda não nos libertamos das investidas pastorais sobre os nossos corpos e almas.

## REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Edição Claretiana, 2007.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Cristianismo**. Curitiba: Editora Fundamento, 2012.

BRITO, Joaquim Maria Rodrigues de. **Filosofia da História do Cristianismo**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a Crítica da Verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2010.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Foucault e a função-educador: sujeição e experiências de subjetividades ativas na formação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault: um pensador do presente**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

FAMERÉE, Joseph. O corpo, caminho de Deus. A problemática. In. GESCHÉ, Adolph; SCOLAS, Paul (orgs.) **O Corpo, Caminho de Deus**. São Paulo: Edições Loyola, 2009. p. 13-33.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GESCHÉ, Adolphe. A Invenção cristã do corpo. In. GESCHÉ, Adolph; SCOLAS, Paul (orgs.) **O Corpo, Caminho de Deus**. São Paulo: Edições Loyola, 2009. p. 35-79.

GONZÁLEZ, Justo L. **Uma História do Pensamento Cristão**. Vol. 1: Do início até o Concílio de Calcedônia. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Era dos Mártires**. Uma história Ilustrada do Cristianismo. Vol. 1. São Paulo: Vida Nova, 1980.

HURLBUT, Jesse Lyman. **História da Igreja Cristã**. São Paulo: Editora Vida, 1979.

PINSKY, Jaime. **As Primeiras Civilizações**. 25ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

TOYNBEE, Arnold. **A História e a Religião**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

TILLICH, Paul. **História do Pensamento Cristão**. 2ª ed. São Paulo: ASTE, 2000.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

---

Recebido em: 27 de Março de 2018

Aceito em: 25 de Abril de 2018

<sup>1</sup>Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA).  
E-mail: ciceroedinaldo@live.com